



JORNAL OFICIAL

ESTÂNCIA CLIMÁTICA DE MORUNGABA

Conforme Lei Municipal nº 1.712, de 20 de abril de 2017

www.morungaba.sp.gov.br | www.imprensaoficialmunicipal.com.br/morungaba

Terça-feira, 28 de junho de 2022

Ano VI | Edição nº 1028

Página 1 de 10

SUMÁRIO

Poder Executivo	2
Atos Oficiais	2
Leis	2
Concursos Públicos/Processos Seletivos	6
Convocação	6
Licitações e Contratos	8
Homologação / Adjudicação	8
Comunicados	8
Extrato	8
Ratificação	10

EXPEDIENTE

O Jornal Oficial da Estância Climática de Morungaba, veiculado exclusivamente na forma eletrônica, é uma publicação das entidades da Administração Direta e Indireta deste Município, sendo referidas entidades inteiramente responsáveis pelo conteúdo aqui publicado.

ACERVO

As edições do Jornal Oficial Eletrônico da Estância Climática de Morungaba poderão ser consultadas através da internet, por meio do seguinte endereço eletrônico: www.morungaba.sp.gov.br

Para pesquisa por qualquer termo e utilização de filtros, acesse www.imprensaoficialmunicipal.com.br/morungaba. As consultas e pesquisas são de acesso gratuito e independente de qualquer cadastro.

ENTIDADES

Estância Climática de Morungaba

CNPJ 45.755.238/0001-65

Avenida José Frare, 40 - Centro

Telefone: (11) 4014-4300

Site: www.morungaba.sp.gov.br

Diário: www.imprensaoficialmunicipal.com.br/morungaba

Câmara Municipal da Estância Climática de Morungaba

CNPJ 01.993.318/0001-83

Rua Elvira Miano, 180 - Centro

Telefone: (11) 4014-1017 / (11) 4014-7608

Site: www.camaramorungaba.sp.gov.br



Jornal Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICPBrasil, em conformidade com a MP nº 2.200-2, de 2001

A Estância Climática de Morungaba garante a autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.morungaba.sp.gov.br

Compilado e também disponível em www.imprensaoficialmunicipal.com.br/morungaba



JORNAL OFICIAL

ESTÂNCIA CLIMÁTICA DE MORUNGABA

Conforme Lei Municipal nº 1.712, de 20 de abril de 2017

Terça-feira, 28 de junho de 2022

Ano VI | Edição nº 1028

Página 2 de 10

PODER EXECUTIVO

Atos Oficiais

Leis

LEI Nº 2.073, DE 27 DE JUNHO DE 2022.

“Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para elaboração e execução da Lei Orçamentária para o exercício financeiro do ano 2023, e dá outras providências.”

Eu, **Prof. Marco Antonio de Oliveira**, Prefeito Municipal da Estância Climática de Morungaba, Estado de São Paulo, no uso das atribuições a mim conferidas por Lei, **Faço saber** que a Câmara Municipal da Estância Climática de Morungaba em sua 1.152ª sessão ordinária, realizada no dia 15 de junho de 2022, aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art.1º- Ficam estabelecidas, nos termos desta Lei, as diretrizes orçamentárias do Município da Estância Climática de Morungaba, relativas ao exercício financeiro de 2023, compreendendo:

I- as diretrizes para a elaboração e execução do orçamento do Município, sua estrutura e organização e de suas eventuais alterações;

II- as prioridades e metas da administração pública municipal;

III- as disposições sobre alterações na legislação tributária do Município;

IV- as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;

V- as transferências de recursos para organizações da sociedade civil ou entidades públicas; e

VI- as disposições gerais.

Parágrafo único - Integram a presente Lei as metas e riscos fiscais, as prioridades e metas da administração pública municipal e outros demonstrativos exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, constantes dos Anexos respectivos.

CAPÍTULO II

DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO

Seção I

Das Diretrizes Gerais

Art.2º- A elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2023 abrangerá os Poderes Legislativo, Executivo e seus fundos nos termos da Lei Complementar nº 101, de 2000, observando-se os seguintes objetivos principais:

I- combater a pobreza e promover a cidadania e a inclusão social;

II- dar apoio aos estudantes do Município de prosseguirem seus estudos no ensino médio e superior;

III- promover o desenvolvimento e o crescimento econômico do Município;

IV- reestruturar e reorganizar os serviços administrativos, buscando maior eficiência de trabalho e de arrecadação;

V- conceder assistência à criança, ao adolescente, ao idoso e deficiente físico;

VI- melhorar a infraestrutura urbana;

VII- oferecer assistência médica, odontológica e ambulatorial à população, através do Sistema Único de Saúde;

VIII- promover o desenvolvimento do desporto e lazer do município;

IX- apoiar o produtor agropecuário em suas atividades;

X- incentivar o desenvolvimento do segmento do turismo no Município.

Art.3º- O Projeto de Lei Orçamentária será elaborado em conformidade com as diretrizes fixadas nesta Lei, com o artigo 165, §§ 5º, 6º, 7º, e 8º da Constituição Federal, com a Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964, e com a Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000.

§1º- A Lei Orçamentária Anual compreenderá:

I- o orçamento fiscal;

II- o orçamento da seguridade social.

§2º- Os orçamentos fiscal e da seguridade social discriminarão a receita em anexo próprio e de acordo com a classificação constante do Anexo I - Natureza da Receita - da Portaria Interministerial nº. 163, de 2001, do Ministério da Fazenda e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, atualmente integrados no Ministério da Economia.

§3º- Os orçamentos fiscal e da seguridade social discriminarão a despesa, com relação à sua natureza, no mínimo, por elemento econômico, de acordo com o que dispõe o artigo 15 da Lei Federal nº. 4.320, de 1964.

§4º- Caso o Projeto de Lei do orçamento seja elaborado por sistema de processamento de dados, deverá o Poder Executivo disponibilizar acesso aos dados do programa respectivo aos técnicos do Poder Legislativo, para que estes possam processar eventuais alterações ocasionadas pela apresentação de emendas devidamente aprovadas.

Seção II

Das Diretrizes Específicas

Art.4º- A proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2022 obedecerá as seguintes disposições:

I- cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades e projetos, especificando os respectivos valores e metas;

II- cada projeto constará somente de uma unidade orçamentária e de um programa;

III- as atividades com a mesma finalidade de outras já existentes, deverão observar o mesmo código, independentemente da unidade orçamentária;

IV- a alocação dos recursos na Lei Orçamentária será efetuada de modo a possibilitar o controle de custos das



JORNAL OFICIAL

ESTÂNCIA CLIMÁTICA DE MORUNGABA

Conforme Lei Municipal nº 1.712, de 20 de abril de 2017

Terça-feira, 28 de junho de 2022

Ano VI | Edição nº 1028

Página 3 de 10

ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo;

V- na estimativa da receita considerar-se-á a tendência do presente exercício, o incremento da arrecadação decorrente das modificações na legislação tributária bem como a perspectiva de evolução do PIB e da inflação do biênio 2022/2023;

VI- as receitas e despesas serão orçadas segundo os preços vigentes em julho de 2021;

VII- somente poderão ser incluídos novos projetos desde que devidamente atendidos aqueles em andamento, e também depois de contempladas as despesas de conservação com o patrimônio público;

VIII- os recursos legalmente vinculados à finalidade específica deverão ser utilizados exclusivamente para o atendimento do objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

Parágrafo único - Os projetos a serem incluídos na lei orçamentária anual poderão conter previsão de execução por etapas, devidamente definidas nos respectivos cronogramas físico-financeiros.

Art.5º- Para atendimento do disposto nos artigos anteriores, as unidades orçamentárias dos Poderes Legislativo e Executivo encaminharão suas propostas parciais ao Departamento de Finanças da Prefeitura Municipal até o dia 31 de julho de 2022.

Parágrafo único - As unidades orçamentárias projetarão suas despesas correntes até o limite fixado para o ano em curso, consideradas as suplementações, ressalvados os casos de aumento ou diminuição dos serviços a serem prestados.

Art.6º- A Lei Orçamentária Anual não poderá prever como receitas de operações de crédito, montante que seja superior ao das despesas de capital excluídas aquelas por antecipação de receita orçamentária.

Art.7º- A Lei Orçamentária Anual deverá conter reserva de contingência para atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Parágrafo único - A reserva de contingência corresponderá aos valores apurados a partir da situação financeira do mês de julho do corrente exercício, projetados até o seu final, observando-se o limite de 5% da receita corrente líquida.

Art.8º- A Lei Orçamentária Anual poderá conter autorização ao Poder Executivo para promover, por Decreto:

I- a transposição, transferência ou remanejamento de recursos, desde que dentro do mesmo órgão e dentro do mesmo programa, obedecida a categoria de programação;

II- a alteração da fonte de recursos, mediante o comportamento do efetivo ingresso das receitas, para melhor atender à programação dela constante.

Parágrafo único - Na execução orçamentária, a transposição, transferência ou remanejamento de recursos e a alteração da fonte de recursos não poderão resultar em alteração dos valores das programações aprovadas na Lei

Orçamentária ou em seus créditos adicionais.

Seção III

Da Transferência de Recursos para Organizações da Sociedade Civil ou Entidades Públicas

Art.9º- A Lei Orçamentária Anual conterá dotações em seus programas e ações destinadas à transferência de recursos às organizações da sociedade civil nas formas estabelecidas na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2.014, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco mediante a execução de atividades ou de projetos e através da celebração de termos de colaboração ou de fomento.

§1º- Para efeitos do “caput” deste artigo, entende-se como:

I- atividade: conjunto de operações que se realizam de modo contínuo ou permanente, das quais resulta um produto ou serviço necessário à satisfação de interesses compartilhados pela administração pública e pela organização da sociedade civil;

II- projeto: conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto destinado à satisfação de interesses compartilhados pela administração pública e pela organização da sociedade civil.

III- termo de colaboração: instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, para a consecução de projetos ou atividades e que sejam propostas pela administração pública;

IV- termo de fomento: instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, para a consecução de projetos ou atividades e que sejam propostas pelas organizações da sociedade civil.

§2º- Poderão ainda ser celebrados acordos de cooperação pelo Poder Executivo com as organizações da sociedade civil, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2.014, assim entendidos como ajustes para a consecução de projetos ou atividades, mas que não envolvem a transferência de recursos financeiros.

§3º- Não se aplica o disposto no “caput” desse artigo, no que diz respeito a forma de seleção, e instrumento de contratação, ajuste ou congêneres, as transferências voluntárias regidas por lei específica, naquilo em que houver disposição expressa em contrário, inclusive a terceirização por meio de organizações sociais, através de contratos de gestão (Lei Federal nº 9.637/98), e de organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIP, por intermédio de contrato de parceria (Lei Federal nº 9.790/99), que seguirá procedimento próprio, tampouco aos convênios e contratos celebrados com entidades filantrópicas e sem fins lucrativos nos termos do § 1º do art. 199 da Constituição Federal.

Art.10- O custeio pelo Poder Executivo Municipal de despesas de competência de outros entes da Federação, somente poderá ser realizado:



JORNAL OFICIAL

ESTÂNCIA CLIMÁTICA DE MORUNGABA

Conforme Lei Municipal nº 1.712, de 20 de abril de 2017

Terça-feira, 28 de junho de 2022

Ano VI | Edição nº 1028

Página 4 de 10

I- caso se refira a ações de competência comum dos referidos entes da Federação, previstas no artigo 23 da Constituição Federal;

II- se houver expressa autorização em lei específica, detalhando o seu objeto;

III- seja objeto de celebração de convênio, acordo, ajuste ou instrumento congêneres.

Seção IV

Da Execução do Orçamento

Art.11- Até trinta dias após a aprovação do orçamento, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

§1º- As receitas, conforme as previsões respectivas, serão programadas em metas de arrecadações bimestrais, enquanto que os desembolsos financeiros deverão ser fixados em metas mensais.

§2º- A programação financeira e o cronograma de desembolso de que tratam este artigo poderão ser revistos no decorrer do exercício financeiro a que se referirem, conforme os resultados apurados em função de sua execução.

Art.12- Caso ocorra frustração das metas de arrecadação da receita, comprometendo o equilíbrio entre a receita e a despesa ou mesmo as metas de resultados, será fixada a limitação de empenho e da movimentação financeira.

§1º- A limitação de que trata este artigo será fixada de forma proporcional à participação dos Poderes Legislativo e Executivo no total das dotações orçamentárias constantes da Lei Orçamentária de 2023 e de seus créditos adicionais.

§2º- A limitação terá como base percentual de redução proporcional ao déficit de arrecadação e será determinada por unidades orçamentárias.

§3º- A limitação de empenho e da movimentação financeira será determinada pelos Chefes do Poder Legislativo e Executivo, dando-se, respectivamente, por ato da mesa e por decreto.

§4º- Excluem-se da limitação de que trata este artigo as despesas que constituem obrigação constitucional e legal de execução.

Art.13- O Poder Legislativo, por ato da mesa, deverá estabelecer até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2023, o cronograma anual de desembolso mensal para pagamento de suas despesas.

Parágrafo único - O cronograma de que trata este artigo contemplará as despesas correntes e de capital, levando-se em conta os dispêndios mensais para o alcance dos objetivos de seus programas.

Art.14- Para efeito de exclusão das normas aplicáveis à criação, expansão ou aperfeiçoamento de ações governamentais que acarretem aumento da despesa, considera-se despesa irrelevante, aquela cujo valor não ultrapasse os limites dos incisos I e II do art. 24, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, para obras e serviços de engenharia e para outros serviços e compras respectivamente.

Art.15- Os atos relativos à concessão ou ampliação de incentivo ou benefício tributário que importem em renúncia de receita, deverão obedecer às disposições da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, devendo estar acompanhados do demonstrativo do impacto orçamentário-financeiro a que se refere o seu artigo 14.

Parágrafo único - Excluem-se os atos relativos ao cancelamento de créditos cujos montantes sejam inferiores aos dos respectivos custos de cobrança, bem como eventuais descontos para pagamento à vista do Imposto Predial e Territorial Urbano, desde que os valores respectivos tenham sido considerados na estimativa da receita.

CAPÍTULO III

DAS PRIORIDADES E METAS

Art.16- As prioridades e metas para o exercício financeiro de 2023 são as especificadas no Anexo de Prioridades e Metas, que integra esta Lei, as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária e na sua execução.

Parágrafo único - Acompanha esta Lei o demonstrativo das ações relativas a despesas obrigatórias de caráter continuado de ordem legal ou constitucional, nos termos do art. 9º, § 2º, da Lei Complementar nº. 101, de 2000.

CAPÍTULO IV

DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art.17- O Poder Executivo poderá encaminhar à Câmara Municipal projetos de lei dispendo sobre alterações na legislação tributária, especialmente sobre:

I- revisão e atualização do Código Tributário Municipal, de forma a corrigir distorções;

II- revogações das isenções tributárias que contrariem o interesse público e a justiça fiscal;

III- revisão das taxas, objetivando sua adequação aos custos efetivos dos serviços prestados e ao exercício do poder de polícia do Município;

IV- atualização da Planta Genérica de Valores ajustando-a aos movimentos de valorização do mercado imobiliário;

V- aperfeiçoamento do sistema de fiscalização, cobrança, execução fiscal e arrecadação de tributos.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À PESSOAL E ENCARGOS

Art.18- O Poder Executivo poderá encaminhar projeto de lei visando revisão do sistema de pessoal, particularmente do plano de carreira e salários, incluindo:

I- a concessão, absorção de vantagens e aumento de remuneração de servidores;

II- a criação e a extinção de empregos públicos, bem como a criação e alteração de estrutura de carreira;

III- o provimento de empregos e contratações emergenciais estritamente necessárias, respeitada a legislação municipal vigente.

Parágrafo único - As alterações autorizadas neste artigo dependerão da existência de prévia dotação



JORNAL OFICIAL

ESTÂNCIA CLIMÁTICA DE MORUNGABA

Conforme Lei Municipal nº 1.712, de 20 de abril de 2017

Terça-feira, 28 de junho de 2022

Ano VI | Edição nº 1028

Página 5 de 10

orçamentária suficiente para atender as projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes.

Art.19- O total da despesa com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo no mês, somada com a dos onze meses imediatamente anteriores, apuradas ao final de cada quadrimestre, não poderá exceder o limite máximo de 60% (sessenta por cento), assim dividido:

I- 6% (seis por cento) para o Poder Legislativo;

II- 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Poder Executivo.

§1º- Na verificação do atendimento dos limites definidos neste artigo, não serão computadas as despesas:

I- de indenização por demissão de servidores ou empregados;

II- relativas a incentivos à demissão voluntária;

III- decorrentes de decisão judicial e da competência de período anterior de que trata o "caput" deste artigo;

IV- com inativos, ainda que por intermédio de fundo específico, custeadas com recursos provenientes:

a) da arrecadação de contribuições dos segurados;

b) da compensação financeira de que trata o § 9º do art. 201 da Constituição Federal;

c) das demais receitas diretamente arrecadadas por fundo vinculado a tal finalidade, inclusive o produto da alienação de bens, direitos e ativos, bem como seu superávit financeiro.

§2º- Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no art. 19 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), mencionados no art. 19 "caput" desta lei, serão adotadas as medidas de que tratam os §§ 3º e 4º do art. 169, da Constituição Federal.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.20- Os repasses mensais de recursos financeiros ao Poder Legislativo serão realizados de acordo com o cronograma anual de desembolso mensal de que trata o art. 13 desta Lei, respeitado o limite máximo estabelecido no art. 29-A da Constituição Federal de 1988.

§1º- Caso a Lei Orçamentária de 2023 tenha contemplado ao Poder Legislativo dotações superiores ao limite máximo previsto no "caput" deste artigo, aplicar-se-á a limitação de empenho e da movimentação financeira, para o ajuste ao limite.

§2º- Na hipótese da ocorrência do previsto no § 1º, deverá o Poder Executivo comunicar o fato ao Poder Legislativo, no prazo de até noventa dias após o início da execução orçamentária respectiva.

§3º- No caso da não elaboração do cronograma anual de desembolso mensal, os recursos financeiros serão repassados à razão de 1/12 (um doze avos) por mês, aplicados sobre o total das dotações orçamentárias consignadas ao Poder Legislativo, respeitado, em qualquer caso, o limite máximo previsto na Constituição Federal.

Art.21- Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecido na Lei Orçamentária Anual.

Parágrafo único - Os projetos de lei relativos a créditos adicionais solicitados pelo Poder Legislativo, com indicação dos recursos compensatórios, serão encaminhados à Câmara Municipal no prazo de até trinta dias, a contar da data do recebimento do pedido.

Art.22- A execução orçamentária deverá propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo, orientando-se pelo estabelecimento da relação entre a despesa pública e o resultado obtido, de forma a priorizar a análise da eficiência na alocação dos recursos e permitir o acompanhamento das gestões orçamentária, financeira e patrimonial.

Art.23- Caso o projeto de lei orçamentária não seja devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa, conforme determina o disposto no art. 35, § 2º, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, a sua programação poderá ser executada na proporção de 1/12 (um doze avos) do total da despesa orçada, multiplicados pelo número de meses decorridos até a sanção da respectiva lei.

Art.24- O Poder Público Municipal dará ampla publicidade das datas, horários e locais de realização das audiências públicas referidas no inciso I, do parágrafo primeiro, do art. 48, da Lei de Responsabilidade Fiscal, inclusive com divulgação na página oficial da Prefeitura e na rede mundial de computadores (internet).

Art.25- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Morungaba, 27 de junho de 2022.

PROF. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Publicada e afixada pela Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Climática de Morungaba, em 27 de junho de 2022.

MARILIA LEITE RODRIGUES FREDERICO

Secretária Chefe

LEI Nº 2.074, DE 27 DE JUNHO DE 2022.

"Autoriza a abertura de crédito adicional especial, no valor de até 750.000,00, e dá outras providências".

Eu, **Prof. Marco Antonio de Oliveira**, Prefeito Municipal da Estância Climática de Morungaba, Estado de São Paulo, no uso das atribuições a mim conferidas por Lei,

Faço saber que a Câmara Municipal da Estância Climática de Morungaba em sua 1.137ª sessão extraordinária, realizada no dia 15 de junho de 2022, aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito adicional especial no valor de até R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais) e que obedecerá a seguinte classificação orçamentária:

02 Prefeitura Municipal

020800 Fundo Municipal de Saúde



JORNAL OFICIAL

ESTÂNCIA CLIMÁTICA DE MORUNGABA

Conforme Lei Municipal nº 1.712, de 20 de abril de 2017

Terça-feira, 28 de junho de 2022

Ano VI | Edição nº 1028

Página 6 de 10

10.301.0009.2336.0000 FNS-INCREMENTO PAP-
PROPOSTA 36000429007202200

3.3.71.70.00 Rateio pela Participação em Consórcio
Público

Fonte de Recursos 08 - Emenda Parlamentar Individual

Parágrafo único - O crédito adicional especial de que trata o "caput" deste artigo, se destina ao pagamento do CISMETRO - Consórcio Intermunicipal de Saúde na Região Metropolitana de Campinas - Norte, com recursos do Fundo Nacional de Saúde / Ministério da Saúde, transferência fundo a fundo.

Art. 2º - O crédito de que trata o artigo anterior, será coberto com o excesso de arrecadação, por conta da transferência dos recursos.

Art. 3º - O crédito objeto da presente Lei, passa a fazer parte integrante das Leis nºs 2.003/21 (Plano Plurianual 2022/2025), 1.991/21 (Diretrizes Orçamentárias de 2022) e, ainda, 2.019/21 (Orçamento Anual de 2022).

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução desta Lei, correrão por conta de dotações consignadas no orçamento, suplementadas se necessárias, ou através de abertura de créditos adicionais especiais a serem abertos posteriormente.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Morungaba, 27 de junho de 2022.

PROF. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Publicada e afixada pela Secretária da Prefeitura Municipal da Estância Climática de Morungaba, em 27 de junho de 2022.

MARILIA LEITE RODRIGUES FREDERICO

Secretária Chefe

LEI Nº 2.075, DE 28 DE JUNHO DE 2022.

"Autoriza a abertura de crédito adicional especial, no valor de até R\$ 401.000,00, e dá outras providências".

Eu, **Prof. Marco Antonio de Oliveira**, Prefeito Municipal da Estância Climática de Morungaba, Estado de São Paulo, no uso das atribuições a mim conferidas por Lei,

Faço saber que a Câmara Municipal da Estância Climática de Morungaba em sua 1.139ª sessão extraordinária, realizada no dia 27 de junho de 2022, aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito adicional especial no valor de até R\$ 401.000,00 (quatrocentos e um mil reais) e que obedecerá as seguintes classificações orçamentárias:

02 Prefeitura Municipal

020900 Departamento de Educação

12.361.0010.1172.0000 Reforma Unidade Escolar

4.4.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$

275.000,00

Fonte De Recursos 01 - Tesouro

12.361.0010.1172.0000 Reforma Unidade Escolar

4.4.90.39.00 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica R\$

126.000,00

Fonte De Recursos 05 - Federal

Parágrafo único - O crédito adicional especial de que trata o "caput" deste artigo, se destina execução das obras de reforma da EMEF "Maria Aparecida Teixeira Massarente", localizada na Rua Geraldo Guerreiro Torres, nº 140, no Bairro Brumado.

Art. 2º - O crédito de que trata o artigo anterior, será coberto com o excesso de arrecadação previsto no orçamento vigente.

Art. 3º - O crédito objeto da presente Lei, passa a fazer parte integrante das Leis nºs 2.003/21 (Plano Plurianual 2022/2025), 1.991/21 (Diretrizes Orçamentárias de 2022) e, ainda, 2.019/21 (Orçamento Anual de 2022).

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução desta Lei, correrão por conta de dotações consignadas no orçamento, suplementadas se necessárias, ou através de abertura de créditos adicionais especiais a serem abertos posteriormente.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Morungaba, 28 de junho de 2022.

PROF. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Publicada e afixada pela Secretária da Prefeitura Municipal da Estância Climática de Morungaba, em 28 de junho de 2022.

MARILIA LEITE RODRIGUES FREDERICO

Secretária Chefe

Concursos Públicos/Processos Seletivos

Convocação

CONVOCAÇÃO - ASSINATURA DE TERMO DE ADESÃO PROGRAMA BOLSA-TRABALHO

O **Governo do Estado de São Paulo**, por meio do Programa Bolsa do Povo, informa sobre a convocação dos(as) selecionados(as) ao Programa Bolsa-Trabalho, conforme publicação em Diário Oficial do Estado - Executivo I;

Os(as) cidadãos(ãs) selecionados(as) devem comparecer entre os dias 28 de junho e 07 de julho para apresentação e verificação municipal dos documentos e assinatura do termo de Adesão do Programa Bolsa-Trabalho, no Departamento de Ação e Inclusão Social, na Rua Fortunato Stella, 210, Centro, Morungaba-SP, no horário das 8h às 11h e das 13h às 16h.

OS SELECIONADOS DEVERÃO COMPARECER COM OS SEGUINTE DOCUMENTOS: RG, CPF, CARTEIRA DE TRABALHO* E COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA.



JORNAL OFICIAL

ESTÂNCIA CLIMÁTICA DE MORUNGABA

Conforme Lei Municipal nº 1.712, de 20 de abril de 2017

Terça-feira, 28 de junho de 2022

Ano VI | Edição nº 1028

Página 7 de 10

O não comparecimento até 07/07/2022 caracterizará como desistência do candidato e sua exclusão automática do programa.

Importante: No dia 29 de junho de 2022 não haverá expediente devido ao Feriado Municipal do Aniversário da Cidade

*** CARTEIRA DE TRABALHO:**

Física - Páginas que contenham a foto, os dados pessoais e o último registro;

Digital - Deve ser emitido uma cópia da Carteira de Trabalho Digital em <https://servicos.mte.gov.br/#/trabalhador.carteira>, com o login utilizado para acessar o www.gov.br, e clicar em "Imprimir Carteira" para gerar o arquivo com todos os dados e o último registro

BOLSISTAS

ADRIANA ANDRADE DE LIMA

ALINE APARECIDA DA COSTA

ALINE DE OLIVEIRA PRADO

ANA CAROLINA PEREIRA

ANA CLARA DIAS

ANA MARIA DE OLIVEIRA

ANA PAULA DORTA NEVES

ANA PAULA GOMES

ANDREIA APARECIDA DE OLIVEIRA

CINTIA APARECIDA FIDELIS

CRISLEINE APARECIDA DA SILVA

DANIELE TEIXEIRA RIBEIRO

DANILO JAMISON DA SILVA SANTOS

FERNANDA APARECIDA RAMOS

JANAÍNA DE OLIVEIRA LEOPOLDINO

JESSICA APARECIDA DA ROSA

PASCHOAL

JOSY DE SOUZA ROCHA

LADY DAIANE APARECIDA

LOURENÇO MARCONDES

LEANDRA DE MATTOS LEITE

LILIAN LOPES CHOLICI OPATA

LUMA ANDRESSA MACHADO

LUZIANA CONCEIÇÃO ALVES DOS SANTOS

MAIRA SANTOS DE SOUZA

MARIA APARECIDA PATETE

MARIA DE LOURDES DORTA

MAURICIO AMERICO SOBRINHO

MICHELE APARECIDA DA ROSA

MILENA VALQUIRIA TEDESKI DE ARRUDA

NATHALY DANIELE BRAGA LEME

RAFAELA NERES DA SILVA

RAILÇA DE JESUS

REJANE CAVALCANTE DE SANTANA

RENATA APARECIDA GOMES

RITA DE CASSIA BRANDÃO DOS SANTOS

ROSIMERE PARAISO DA SILVA

SABRINA DE MORAES

SILVANA DA SILVA ROSA

SUELEM CRISTINA DE MORAES



JORNAL OFICIAL

ESTÂNCIA CLIMÁTICA DE MORUNGABA

Conforme Lei Municipal nº 1.712, de 20 de abril de 2017

Terça-feira, 28 de junho de 2022

Ano VI | Edição nº 1028

Página 8 de 10

SUZANA APARECIDA MARTINS SILVA

TAINA OLIVEIRA AZOLA

TALITA QUELI ALVES FERREIRA

TATIANE OLIVEIRA

THAIS AGUIAR DE CASTRO AIRES

TICIANE OLIVEIRA

VITOR CAIQUE DE PAULA PEREIRA

YASMIN VICTORIA MARTINS DE

SANTANA

Morungaba, 27 de junho de 2022.

Monique Anniele Molena

Diretora Municipal de Ação e Inclusão Social

Licitações e Contratos

Homologação / Adjudicação

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Pregão Presencial nº 016/2022

Processo Administrativo nº 674/05/2022

Objeto: Contratação de empresa especializada para aquisição de recargas de oxigênio medicinal para atender pacientes em domicílio, Unidades Básicas de Saúde, Unidade Móvel de Saúde e Hospital Municipal, pelo regime de menor preço por item, em conformidade com as especificações do Anexo I, integrante deste Edital.

Diante dos elementos constantes do processo licitatório acima, com base no art. 43, VI da Lei Federal nº. 8.666/93 **HOMOLOGO** o Pregão Presencial nº. 016/2022, para a empresa **OXILUZ COMERCIAL LTDA - EPP**, para o item 01, pelo valor total de **R\$ 108.000,00 (cento e oito mil reais)**.

Morungaba, 21 de junho de 2022.

Prof. Marco Antonio de Oliveira

Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Tomada de Preços nº 020/2022

Processo Administrativo nº 847/06/2022

Objeto: Contratação de empresa especializada, objetivando a execução de Contratação de empresa especializada objetivando a execução de construção de calçada acessível, na Avenida José Frare, Elvira Miano, no Bairro Centro, no município de Morungaba/SP, conforme descrição do Termo de Convênio nº 101870/2022,

formalizado junto à Secretaria de Desenvolvimento Regional, por sua Subsecretaria de Convênios com Municípios e Entidades Não Governamentais (SDR/SCMENG), pelo regime de empreitada pelo menor preço global, de acordo com memorial descritivo, cronograma e orçamento, constantes do Anexo I, integrante do Edital.

Diante dos elementos constantes do processo licitatório acima, com base no art. 43, VI da Lei Federal nº. 8.666/93 **HOMOLOGO E ADJUDICO** a **Tomada de Preços nº 020/2022**, para a empresa, a saber: **ENGEFIT SOLUÇÕES EM ENGENHARIA LTDA**, pelo valor global de **R\$ R\$ 260.329,74 (duzentos e sessenta mil, trezentos e vinte e nove reais e setenta e quatro centavos)**.

Morungaba, 27 de junho de 2022.

Profº Marco Antonio de Oliveira

Prefeito Municipal

Comunicados

AVISO DE ABERTURA DE PROPOSTA PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 613/04/2022 CONCORRENCIA PUBLICA Nº 005/2022

OBJETO: Contratação de empresa especializada, objetivando a execução da obra de construção de creche no Loteamento Parque das Estâncias, no Bairro Cachoeirinha no Município de Morungaba/SP, conforme descrito no Termo de Compromisso - Processo nº SEDUC-PRC-2021-02017-DM, celebrado com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Educação, objetivando a execução de ações destinadas à Rede Municipal de Ensino, no âmbito do eixo de infraestrutura física do Plano de Ações Integradas do Estado de São Paulo - PAINSP, de acordo com cronograma, orçamento, memorial descritivo e projetos, constantes do Anexo I, integrante do Edital, pelo regime de empreitada pelo menor preço global.

Data da sessão pública de abertura do envelope proposta: Dia 30/06/2022 às 16:00 horas.

Os autos deste processo estão com vista franqueada na Comissão Permanente de Licitações, sito à Avenida José Frare, nº 40 - Centro - Morungaba/SP.

Morungaba, 28 de junho de 2022.

Prof. Marco Antonio de Oliveira

Prefeito Municipal

Extrato

MUNICÍPIO DE MORUNGABA
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATOS

PROCESSO: Nº 890/06/2022

CONTRATO: Nº 096/2022

MODALIDADE: Inexigibilidade

TIPO: Menor preço

OBJETO: O objeto do presente contrato consiste na apresentação de um show a ser realizado pelos ARTISTAS



JORNAL OFICIAL

ESTÂNCIA CLIMÁTICA DE MORUNGABA

Conforme Lei Municipal nº 1.712, de 20 de abril de 2017

Terça-feira, 28 de junho de 2022

Ano VI | Edição nº 1028

Página 9 de 10

CONTRATADOS, banda "ANJOS DE RESGATE", e todos os componentes da equipe de operação técnica.

CONTRATANTE: Município de Morungaba
CONTRATADA: ERALDO SILVA MATTOS EPP
VALOR: R\$ 42.000,00
DATA DE ASSINATURA: 21/06/2022

VIGÊNCIA: 01 (um) dia, tendo como termo inicial a data da apresentação 29/06/2022.

AMBIENTAIS LTDA

VALOR: R\$ 418.080,00
DATA DE ASSINATURA: 24/06/2022
VIGÊNCIA: até 180 dias

PROCESSO: Nº 549/04/2022
CONTRATO: Nº 097/2022
MODALIDADE: Pregão Presencial nº 018/2022
TIPO: Menor preço global

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de Projeto, Locação e instalação de Transformador e componentes elétricos para realização do 4º Rodeo Fest - 32ª Festa do Peão, que será realizada no período de 23, 24, 25 e 26 de Junho de 2022, a se realizar no CEM (Centro de Eventos de Morungaba), situado à Rua Fortunato Stella, 61 - Centro - Morungaba/SP.

CONTRATANTE: Município de Morungaba
CONTRATADA: ELÉTRICA CARDOSO SERVIÇOS E LOCAÇÕES EIRELI ME
VALOR: R\$ 53.151,34
DATA DE ASSINATURA: 21/06/2022
VIGÊNCIA: Cento e oitenta dias

PROCESSO: Nº 674/05/2022
CONTRATO: Nº 098/2022
MODALIDADE: Pregão Presencial nº 016/2022
TIPO: Menor preço por item

OBJETO: Contratação de empresa especializada para aquisição de recargas de oxigênio medicinal para atender pacientes em domicílio, Unidades Básicas de Saúde, Unidade Móvel de Saúde e Hospital Municipal, pelo regime de menor preço por item, em conformidade com as especificações do Anexo I, integrante do Edital.

CONTRATANTE: Município de Morungaba
CONTRATADA: OXILUZ COMERCIAL LTDA. EPP
VALOR: R\$ 108.000,00
DATA DE ASSINATURA: 24/06/2022
VIGÊNCIA: 31/12/2022

PROCESSO: Nº 978/06/2022
CONTRATO: Nº 099/2022
MODALIDADE: Dispensa
TIPO: Menor preço

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de coleta de resíduos sólidos domiciliares urbano e rural, de feiras livres, de comércios, de varrição e transporte até a estação de transbordo, em caráter emergencial, por até 180 dias.

CONTRATANTE: Município de Morungaba
CONTRATADA: PASS TRANSPORTES E SERVIÇOS



JORNAL OFICIAL

ESTÂNCIA CLIMÁTICA DE MORUNGABA

Conforme Lei Municipal nº 1.712, de 20 de abril de 2017

Terça-feira, 28 de junho de 2022

Ano VI | Edição nº 1028

Página 10 de 10

Ratificação



Prefeitura Municipal da Estância Climática de Morungaba

Gabinete do Prefeito

PROCESSO nº 978/06/2022

Interessado: DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Assunto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES URBANO E RURAL, DE FEIRAS LIVRES, DE COMÉRCIOS, DE VARRIÇÃO E TRANSPORTE ATÉ A ESTAÇÃO DE TRANSBORDO, EM CARÁTER EMERGENCIAL, POR ATÉ 180 DIAS.

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Eu, **Marco Antônio de Oliveira**, Prefeito do Município de Morungaba, no uso das atribuições legais a mim conferidas, e de acordo com o parecer jurídico apresentado pelo Procurador do Município, **RATIFICO**, nos termos do artigo 24, inciso IV, c.c artigo 26 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, os atos e termos do processo administrativo nº 978/06/2022, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de coleta de resíduos sólidos domiciliares urbano e rural, de feiras livres, de comércios, de varrição e transporte até a estação de transbordo, em caráter emergencial, em favor da empresa **PASS TRANSPORTES E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 06.922.869/0001-70, pelo valor de até **R\$ 418.080,00 (quatrocentos e dezoito mil e oitenta reais)**, pelo prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, com cláusula resolutiva ao ser concluída a licitação que atualmente se encontra em andamento (Pregão Presencial nº 015/2022), para contratação de serviços com o mesmo objeto.

Publique-se.

Morungaba (SP), 24 de junho de 2022

Profº Marco Antônio de Oliveira
Prefeito Municipal



VISITE A ESTÂNCIA CLIMÁTICA DE MORUNGABA – Fica a 103 km. de São Paulo, 42 km. de Campinas. Seu clima é um dos melhores do Estado. É aconchegante e tem uma série de atrativos, a exemplo de haras, trilhas de moto e bicicletas, parques e praças, teatro, doces, pimentas e ervas, artesanato, pousadas, montanhismo, cachoeiras, pescaria, comida boa, festas religiosas e uma população cordial.



VERSÃO PARA IMPRESSÃO



Código Verificador: c114-809b-ddd0-9f5f

Este documento é representação para impressão e cópia do original eletrônico do Jornal Oficial de Morungaba (SP), Edição nº 1028, ano VI, veiculado em 28 de junho de 2022.



O documento original foi assinado digitalmente por VANESSA GOMES DE PAULA (CPF ***064848**) em 28/06/2022 às 17:07:59 (GMT -03:00).
Certificado digital ICP-Brasil emitido por AC Certisign RFB G5 | Presencial, do tipo A3.

Para conferir o original, acesse:

<https://www.dioe.com.br/verificador/c114-809b-ddd0-9f5f>